

6

Os usos de dados de avaliação externa em Macaé/RJ: considerações finais

O estudo discutiu como os dados de avaliação externa são apropriados e utilizados por membros das equipes de gestão e professores de escolas municipais da Macaé/RJ.

As questões de pesquisa pretenderam analisar como a gestão educacional do município de Macaé/RJ tem dialogado com a política de avaliação externa do governo federal. Na mesma medida, ao discutir as questões locais a partir da política do governo federal, pretendeu-se verificar como estas informações chegam às escolas e em que medida existe apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas por seus gestores e professores. O estudo contemplou dois níveis de análise: o nível da rede municipal de ensino - enquanto responsável pela orientação e organização das condições do trabalho a ser desenvolvido pelas escolas; e o nível da escola, principal foco desta investigação.

Inicialmente, fiz um mapeamento da rede pública municipal de ensino de Macaé/RJ analisando a evolução da oferta do ensino e os resultados da Prova Brasil e do IDEB. Após esta etapa, meu afastamento profissional da educação básica nos últimos anos impôs a necessidade de reaproximação com as escolas, num movimento exploratório de pesquisa no campo. Esta etapa exploratória da pesquisa foi realizada por meio dos encontros com as equipes de gestão das escolas da rede e mostrou-se fundamental para o recorte da pesquisa e a escolha das escolas onde fiz o trabalho de campo mais aprofundado.

Como já assinalado anteriormente, os critérios que definiram a seleção das escolas estudadas foram: a escola oferecer tanto as séries iniciais quanto as finais do ensino fundamental; e alunos dos dois segmentos terem participado de todas edições da Prova Brasil nos três primeiros anos de aplicação. A pesquisa se consolidou com o aprofundamento do tema das políticas de avaliação externa através destes três estudos de caso. Embora sejam três escolas de uma mesma rede de ensino, a pesquisa mostrou aspectos tanto convergentes, quanto divergentes no que diz respeito às percepções e usos dos dados das avaliações externas em cada uma delas.

O exame dos documentos da rede e de cada escola, as observações das atividades do cotidiano escolar, a compilação das respostas dadas nos questionários aplicados e as entrevistas realizadas trouxeram elementos importantes para a compreensão das percepções dos diferentes agentes escolares sobre as políticas de avaliação externa. Foi possível perceber as relações entre estas percepções ou interpretações e as práticas desenvolvidas nas três escolas da rede que participaram da pesquisa, seja no plano da gestão escolar, seja no trabalho dos professores junto ao alunado.

Os dados do quadro apresentado a seguir sintetizam aspectos analisados nas três escolas que, por terem realidades diferentes, ofereceram-nos elementos que auxiliaram as análises empreendidas na pesquisa e ora consolidadas:

Quadro 26 – Síntese das informações coletadas nas Escolas Amendoeira, Bananeira e Coqueiro durante a pesquisa

ASPECTOS ANALISADOS	ESCOLA AMENDOEIRA	ESCOLA BANANEIRA	ESCOLA COQUEIRO
LOCALIZAÇÃO	bairro central	região serrana	periferia
OFERTA DE ENSINO	EI, EF e EJA	EF (4º ao 9º), EM e EJA	EF
INFRAESTRUTURA	boa	boa	boa
QUADRO DE PESSOAL	completo	completo	faltam funcionários administrativos
QUADRO DE PROFESSORES	completo	completo	completo
PROJETO PEDAGÓGICO	não tem PP	não tem PP, tem projetos individualizados	tem PP
NÚMERO DE ALUNOS	média de 1000 alunos	média de 700 alunos	média de 700 alunos
LIDERANÇA DO DIRETOR E SUA EQUIPE	boa liderança (com apoio dos professores)	pouca liderança (com apoio dos professores)	pouca liderança (com apoio de parte dos professores)
RESULTADOS DE AVALIAÇÃO	média nacional	abaixo da média nacional	abaixo da média nacional
PERCEPÇÃO SOBRE AVALIAÇÕES EXTERNAS	elemento constitutivo do processo	desconfiança do processo	processo injusto
NÍVEL DE INFORMAÇÃO SOBRE OS INDICADORES (equipe de gestão)	a maioria com médio nível de informação	a maioria com pequeno nível de informação	a maioria com pequeno nível de informação
NÍVEL DE	pequeno	pequeno	pequeno

ASPECTOS ANALISADOS	ESCOLA AMENDOEIRA	ESCOLA BANANEIRA	ESCOLA COQUEIRO
INFORMAÇÃO SOBRE OS INDICADORES (professores)			
EXPECTATIVAS SOBRE A CLIENTELA (equipe de gestão)	altas	altas	altas
EXPECTATIVAS SOBRE A CLIENTELA (professores)	altas	baixas	baixas
CLIMA ESCOLAR	bom	bom	ruim
NÍVEL SÓCIOECONÔMICO (NSE)	5,2	5,2	5,3

Na última linha do quadro foi inserido, para completar a análise desenvolvida na pesquisa nas três escolas, o Nível Socioeconômico (NSE) dos estudantes. Este indicador sintetiza as características das famílias em relação à renda, ocupação e escolaridade, utilizando dados contidos nos questionários contextuais respondidos durante as aplicações da Prova Brasil. Foram utilizados os NSE's apresentados pelo Portal QEd¹⁷¹. Em nota técnica, os autores justificam a criação de uma nova escala construída a partir da conversão da escala original do NSE obtida pela estimação do modelo da Teoria de Resposta ao Item (TRI), onde os escores variam de -3 a 3. A escala apresenta um intervalo com valores positivos, de 0 a 10, e foi dividida em grupos que facilitaram o uso das informações, denominados como: (1) Mais baixo; (2) Baixo; (3) Médio Baixo; (4) Médio; (5) Médio Alto; (6) Alto; e (7) Mais alto.

Segundo Soares e Alves (2012) as escolas municipais brasileiras estão concentradas nos três primeiros grupos, apresentando os escores mais baixos. No caso das escolas deste estudo, as três apresentaram NSE's bastante semelhantes. Como os estudos já evidenciam a forte correlação entre os resultados escolares e o nível socioeconômico dos estudantes e suas famílias, esse aspecto não se apresenta *a priori* como fator determinante para a diferença no desempenho entre estas três escolas, já que as mesmas atendem a estudantes com características socioeconômicas semelhantes.

¹⁷¹ Os NSE's apresentados pelo portal foram construídos por José Francisco Soares e Maria Tereza Gonzaga Alves do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME/ FAE-UFMG), em parceria com o Instituto Unibanco.

No entanto, o que se observou dentro de cada escola, permitiu identificar algumas estratégias utilizadas pelos agentes escolares no que se refere à interpretação e tradução da política (BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2012). A pesquisa permitiu inferir que integrantes das equipes de gestão e professores da rede pública municipal de ensino de Macaé/RJ – pelo menos nestas três escolas, mas sem pretensão de generalização, já que não se tratou de uma amostra representativa - têm incorporado, paulatinamente, as informações acerca das avaliações externas. Ainda assim, o desenho da política de avaliação externa do governo federal pareceu não atender às expectativas dos profissionais de Macaé/RJ que participaram da pesquisa, deixando transparecer a preferência pela adoção de um sistema de avaliação externa próprio. A frequente referência à Prova Macaé, provavelmente pelo acesso mais rápido aos resultados para os professores e integrantes das equipes de gestão, que ela permitiu, pode ser interpretada desta forma.

A adoção de um sistema de avaliação nacional tem possibilitado gerar dados referentes aos estudantes brasileiros. O próprio desenho da avaliação externa do governo federal tem inspirado muitos estados e municípios brasileiros a investir no desenvolvimento de modelos próprios de avaliação externa de suas escolas. Macaé/RJ iniciou um processo de avaliação próprio em 2004 que foi interrompido na primeira gestão municipal (2005-2008). Assim, em Macaé/RJ esse processo se inicia antes da instituição da Prova Brasil e do IDEB, mas se interrompe, sendo retomado apenas em 2011. A descontinuidade da política parece ter criado uma lacuna nos processos de avaliação conduzidos pela própria rede e deixado marcas também ao nível das escolas.

Silva e Gimenes (2012), investigando o tema em algumas redes municipais paulistas, observaram que a rede de Sorocaba/SP, ainda que não tenha desenho próprio de avaliação e, por isso não possa decidir sobre a divulgação ou não dos resultados de suas escolas, optou por reforçar a divulgação dos resultados do IDEB por meio de uma legislação municipal. Segundo os autores, esta rede estabeleceu internamente os padrões desejados indicando, inclusive, que há intervenções da instância central nas escolas com baixo desempenho. Em Macaé/RJ não houve este tipo de iniciativa.

Na rede, foram identificadas três ações da SEMED relacionadas às avaliações em larga escala e ao IDEB durante a pesquisa: i) reuniões nas ocasiões

de divulgação dos resultados para evidenciar as escolas que tiveram bom e mau desempenho; ii) Prova Macaé, simulado organizado pela SEMED para avaliar o desempenho dos estudantes e, de certa forma “preparar” para a PB; iii) Elaboração do COC - Cadernos de Orientação Curricular - dos anos finais do Ensino Fundamental, levando em consideração as matrizes de referência das avaliações externas. Também em Sorocaba/SP as matrizes de avaliação externa foram utilizadas como subsídio na discussão do currículo escolar, uma tentativa de alinhamento da rede com as diretrizes nacionais (SILVA & GIMENES, 2012).

No período analisado, constatou-se a ausência de políticas municipais que dessem suporte e orientassem a apropriação e o uso dos dados pelas escolas. O Plano Municipal de Educação (MACAÉ, 2008), nesse sentido, constituiu-se apenas num esforço burocrático, sem muita repercussão como instrumento de planejamento para os gestores da rede municipal, inclusive por não explicitar as metas e as estratégias de ação relacionadas às políticas educacionais para o desenvolvimento da educação em Macaé/RJ. Essa lacuna foi preenchida em parte pela Proposta Pedagógica da rede, finalizada pelo grupo de coordenação da SEMED em 2012, que passou a ser um dos documentos que configura as linhas mais gerais da SEMED e suas intencionalidades. No entanto, mesmo nesse caso, não foram encontradas referências ao alcance de metas educacionais ou mesmo estratégias que indiquem como as escolas podem superar suas dificuldades para melhorar os resultados dos seus alunos nas avaliações externas.

As novas deliberações de 2011 para escolha dos diretores escolares, embora exigissem qualificação técnica obtida através de formação específica e a elaboração de um Plano de Gestão da escola para a participação no processo eletivo de diretores, não fazem qualquer referência ao estabelecimento de compromissos dos diretores para o alcance de metas educacionais.

Ainda assim, pode-se considerar que a equipe da SEMED tem incorporado paulatinamente a reflexão acerca das avaliações externas nos últimos anos. Exemplo eloquente disso é o fato de que durante os anos de 2011 e 2012 a política municipal investiu na preparação dos alunos para as provas, realizando o “Programa de Aprofundamento para os 9^{os} anos” com aulas de Matemática e Língua Portuguesa no contraturno. A Prova Macaé, também realizada em 2011 e 2012, é outro indicativo de que o governo municipal pretendia ter um diagnóstico próprio e mais rapidamente utilizável pelos gestores e professores das escolas,

além de também “treinar” os estudantes para a Prova Brasil. A elaboração do COC, referência para o trabalho realizado nos anos finais, contemplou as matrizes de avaliação da Prova Brasil, especificamente nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Ainda que em 2004 já houvesse a normatização de um Sistema de Avaliação Municipal, como apontado anteriormente, ele foi descontinuado e estas novas ações foram implementadas na perspectiva do Município ter uma avaliação própria capaz de fornecer mais informações acerca do aprendizado dos seus estudantes, com retorno dos resultados das avaliações mais rápidos para as escolas.

Cabe ainda observar que a rede não possui política de responsabilização ou qualquer outro tipo de incentivo para o alcance de resultados educacionais por parte das equipes de gestão e professores. As consequências resultantes do desempenho das escolas se restringem ao definido pelas políticas do governo federal, que envia recursos financeiros às escolas de atendimento prioritário que ficaram abaixo da média nacional por meio do PDE-Escola e da

parcela extra de 50% nas transferências de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a todas as escolas públicas rurais da educação básica e às escolas públicas urbanas de ensino fundamental que atingiram as metas intermediárias do IDEB (IPEA, 2011, p. 139).

As escolas Bananeira e Coqueiro ficaram entre as escolas de atendimento prioritário em 2007 e foram as primeiras a participar do PDE- Escola, tendo recebido também recursos do Programa Mais Educação do MEC. A escola Amendoeira ficou fora deste quadro, já que os resultados aferidos em 2007 foram satisfatórios em comparação com os resultados do conjunto de escolas brasileiras.

Nas escolas estudadas, foram identificadas as seguintes ações relacionadas aos usos das informações das avaliações externas: i) realização de provas simuladas, além da Prova Macaé, por iniciativa da própria escola (Escola Amendoeira); ii) análise dos resultados das avaliações durante reuniões de professores na ocasião de divulgação dos resultados pelo governo federal no que se refere à Prova Brasil e à Prova Macaé (Escolas Amendoeira e Coqueiro); iii) exposição dos resultados nos murais da escola para informação a pais e alunos (Escolas Amendoeira, Bananeira e Coqueiro); iv) avaliação interna da escola considerando os resultados divulgados (Escola Amendoeira e Coqueiro).

Desde a década de 1990 vêm sendo implementadas as políticas de avaliação externa pelo governo federal. Podemos afirmar que, até os dias atuais, em Macaé/RJ o conhecimento acerca dos objetivos das avaliações têm transitado de um total desconhecimento por parte dos integrantes das equipes de gestão e professores para um progressivo conhecimento dos elementos constitutivos das políticas. Apesar dos dados estarem disponíveis a todos da sociedade que tiverem interesse, as respostas dadas nos questionários e nas entrevistas mostram que grande parte dos integrantes da equipe de gestão e dos professores das três escolas conhecem pouco sobre o significado destes dados.

Segundo Rosistolato et al (2013), a reflexão sobre os problemas técnicos e políticos presentes no desenho, na implementação e na consolidação de sistemas públicos de avaliação externa de aprendizagem é influenciada pelo tom maniqueísta que vigora no debate presente nos espaços públicos, onde as ideias são ou veementemente atacadas ou defendidas. Esse tom foi percebido tanto nas entrevistas dos integrantes das equipes de gestão quanto nas dos professores. Cada vez que foram perguntados suas opiniões sobre as políticas e sistemas de avaliação externa, a tendência da maioria foi posicionar-se “contra” ou a “favor” da existência deste tipo de política, mesmo reconhecendo não ter conhecimento mais sistemático acerca do que elas significam. Em algumas falas apareceu o discurso dos sindicatos num contexto de resistências e críticas aos sistemas de avaliação externa, como o caso da temática da meritocracia.

Esta pesquisa apontou para as dificuldades enfrentadas pelos profissionais das escolas para compreender os aspectos técnicos relacionados aos índices resultantes das avaliações externas. Poucos entrevistados sabem identificar quais os componentes do IDEB e nenhum deles mostrou que tem informação sobre as mudanças destes componentes nos quatro anos avaliados. Afirmam, por exemplo, que o IDEB caiu, ou cresceu, mas não conseguem identificar que possíveis motivos podem ter levado a qualquer uma das duas ocorrências. As informações se restringem ao último IDEB da escola, mesmo assim, com a maioria sabendo apenas indicar o valor aproximado.

Durante as visitas à Escola Amendoeira e à Escola Bananeira, pareceu-nos que a resistência à Prova Macaé é menor do que a identificada em relação à Prova Brasil. Em ambos os casos, dois professores de Matemática afirmaram que refletiram sobre os resultados dos alunos e de, alguma forma, estes resultados

serviram de reorientação da prática pedagógica ou mesmo foram considerados na avaliação interna dos alunos. Os professores mostraram interesse com a devolutiva dos resultados dos alunos na Prova Macaé¹⁷² para cada escola, uma ação que pareceu ter o apoio dos professores e integrantes das equipes de gestão que foram entrevistados. Na Escola Coqueiro não houve menção ao uso de resultados das provas por nenhum professor.

Na época da divulgação dos resultados do IDEB em 2012 baseada na aplicação dos testes padronizados em 2011, as três escolas abordaram o assunto em reuniões com professores e expuseram os resultados nos murais das entradas das escolas e nas respectivas salas de professores. A mídia local deu destaque àquelas escolas que tiveram os maiores resultados, mas pouco tempo depois pareceu-nos que a temática deixou de ocupar os espaços de discussão tanto na SEMED, como nas escolas. As nossas visitas contemplaram essa época e, por isso, pudemos perceber o clima gerado no “antes”, no “durante” e no “depois” da divulgação destes resultados.

A cobrança interna pareceu ser maior na Escola Amendoeira, tanto pelos integrantes da equipe de gestão quanto pelos professores. Na Escola Coqueiro, é a equipe de gestão “que se cobra” mais, praticamente sem o apoio dos professores que parecem não se preocupar com os resultados. Da mesma forma, na escola Bananeira, parece não haver reconhecimento de que os resultados correspondam de alguma forma ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela escola.

O que nos chamou atenção para esta “reação” dos profissionais frente aos resultados de seus alunos nas avaliações externas se relaciona diretamente com as expectativas destes profissionais em relação à sua clientela. Na escola Amendoeira, onde essa expectativa é alta para grande parte dos profissionais, parece haver maior reconhecimento de que os resultados são importantes e devem ser considerados pelo grupo no sentido de pautar o trabalho pedagógico que pode ser “melhorado”.

Na escola Coqueiro, pareceu que somente os membros da equipe de gestão cultivam altas expectativas e se preocupam com os usos que têm sido feitos dos resultados. Já entre os professores desta escola, entre os quais predominam baixas expectativas em relação ao aprendizado dos alunos e ao seu futuro escolar,

¹⁷² A devolutiva só aconteceu no ano de 2011. Em 2012 as provas foram aplicadas mas não houve retorno dos resultados para as escolas.

o estudo a partir dos questionários, entrevistas e observações indicou uma resistência e questionamento exacerbado sobre a política e a pouca valorização da compreensão dos dados ou preocupação com sua utilização para o planejamento pedagógico.

Situação similar foi encontrada na Escola Bananeira: as baixas expectativas dos professores parecem estar associadas a uma postura de certa “desresponsabilização” em relação aos resultados, com não percepção das notas como referentes ao trabalho que a escola desempenha. No caso dos integrantes da equipe de gestão desta escola, no entanto, a maioria afirmou ter altas expectativas em relação aos alunos, a “desconfiança” perpassa sobre o modelo de avaliação, a aplicação dos testes padronizados e de como se “chegam” aos resultados. Contraditoriamente, esta mesma gestão que se mostra desconfiada do processo, quando tem acesso ao resultado compra o “bolo” para comemorar com os professores o IDEB 2011, que em comparação a 2009 melhorou.

Levando em conta que “a mudança eficaz vem de dentro da escola” (SAMMONS, 2008, p. 353) pode-se inferir que, na Escola Amendoeira, a equipe de gestão tem desempenhado o papel de liderança no sentido de manter o trabalho que vem sendo desenvolvido pela escola com bons resultados nas avaliações externas. Nessa escola, parece que os resultados dos alunos não são o foco principal e sim mais um elemento constitutivo do que a escola já vem desenvolvendo enquanto trabalho. Cumpre-se a tarefa de divulgar e analisar os resultados das avaliações externas numa perspectiva de autoavaliação institucional, mas não foram encontradas referências diretas ou explícitas aos resultados para orientação das práticas.

Na Escola Coqueiro, a liderança da direção parece encontrar-se ainda longe de uma posição consolidada e reconhecida pelo corpo docente e o esforço de alcançar esse reconhecimento parece articular-se com as políticas e o uso dos dados, tomando-os como pauta de convocação e conquista da comunidade para as mudanças que precisam ser implementadas com vistas à melhoria do trabalho pedagógico da escola. Os dados das avaliações e seu uso, nesse caso, constituir-se-iam como uma “agenda” de mobilização para tentar superar os estigmas que historicamente a escola acumulou, mesmo com mais dificuldade de angariar o apoio dos professores para a melhoria da escola e dos seus resultados. Coerentemente com essa postura da gestão, a Escola Coqueiro foi a que

apresentou, no seu Projeto Pedagógico, ações que vêm sendo implementadas pela equipe e que fazem alguma referência aos resultados de avaliação externa. Esta escola parece estar preocupando-se em analisar, com os professores, os resultados das avaliações, numa perspectiva de autoavaliação institucional, mesmo que ainda ocorram alguns equívocos sobre o que implicam estes resultados e mesmo que alguns profissionais discordem do processo, incluindo a diretora.

Na Escola Bananeira, os resultados parecem ser eventos a serem comemorados e esquecidos logo depois, já que as referências do grupo relacionaram-se ao bolo em comemoração aos resultados no IDEB 2011. Os professores parecem compartilhar da mesma percepção dos integrantes da equipe de gestão da impotência em melhorar os resultados porque as famílias não vêm colaborando para que os alunos estudem mais e tenham mais interesse em melhorar seus desempenhos. Na Escola Bananeira foi possível identificar aspectos mais burocráticos, com uma gestão mais inflexível e mais formalizada, na tentativa de controle das informações e das dinâmicas cotidianas, não necessariamente direcionadas para a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Pareceu-me muito mais direcionada em atender as normas estabelecidas pela SEMED, atenta à face mais burocrática da escola (LIMA, 2008).

Como Macaé/RJ não trabalha com bonificação para os profissionais da educação em decorrência dos resultados das avaliações externas, mesmo que muitos tenham-se mostrado favoráveis à aplicação dos testes padronizados, a maioria dos profissionais que respondeu aos questionários e foi entrevistada mostra-se refratária a este tipo de política. Citam, principalmente, a divulgação dos rankings como o aspecto mais negativo da política. Os profissionais tendem a valorizar a divulgação pública dos resultados e a necessidade de um trabalho com os alunos e os pais. No entanto, chamam atenção para as consequências que a mídia dá a publicização dos resultados, por exemplo, estigmatizando as escolas como “boas” ou “ruins” sem conhecer suas realidades.

Quanto às referências aos alunos das escolas e às expectativas quanto ao seu desempenho, os argumentos mais presentes nas narrativas dizem respeito ao processo de migração que acontece em Macaé/RJ como a melhor explicação para os resultados insatisfatórios. Muitos professores e integrantes das equipes de gestão fizeram referência aos alunos que vêm de fora de Macaé/RJ e se matriculam em qualquer época do ano. Afirmam que os mesmos não têm a base

necessária para colaborar para o sucesso nas avaliações externas. Acaba-se por criar um argumento que na escola existem dois tipos de aluno: os “nossos”, que vem desde o início do trabalho e representam a clientela da escola e os de fora, que chegam a qualquer momento e, por isso não deveriam participar do processo de avaliação. Possivelmente, a análise dos dados das escolas poderiam gerar insumos que permitissem uma avaliação mais precisa sobre este fato. Na visão dos professores e dos integrantes das equipes de gestão, esta migração ameaça a possibilidade de atingir as metas estabelecidas pelo MEC. Além disso, prevalece nas respostas dos entrevistados que muitos alunos fazem “pouco caso” dos testes. A participação dos alunos na Prova Brasil foi maior na Escola Amendoeira e menor na Escola Bananeira.

Segundo Rosistolato e Viana (2013), as pesquisas no campo da gestão educacional têm apontado que os gestores e professores tendem a pensar as escolas presentes em um sistema educacional como unidades singulares, autônomas e dependentes das motivações dos profissionais que nela atuam. Isso foi confirmado em Macaé/RJ. No conjunto de professores, há argumentos que valorizam as especificidades da escola e de sua clientela que vão no sentido contrário da perspectiva universalista que fundamenta os sistemas nacionais de avaliação. Apesar de muitos professores concordarem que as avaliações externas devam existir, alguns enfatizaram que consideram impossível padronizar processos educacionais. Isto porque a maioria considera que as diferenças sociais dos estudantes têm influência direta sobre os resultados escolares e que necessariamente a escola não teria muito a fazer para reverter este quadro.

Cada rede de ensino oferece uma estrutura de funcionamento que direciona as condições de trabalho, tanto do ponto de vista material (recursos), como do normativo. Em Macaé/RJ, o investimento maior da gestão educacional nos últimos anos parece ter sido o de aumentar o quantitativo de pessoas que compõem as equipes de gestão das escolas, deixando em segundo plano, porém, as condições de infraestrutura das mesmas. Nas três unidades percebeu-se um descaso com as condições materiais e estruturais das unidades. A falta de recursos pedagógicos, de manutenção dos prédios escolares e de condições adequadas de trabalho (material de consumo, mobiliário, equipamentos, entre outros) parecem ser problemas enfrentados por todos os profissionais da rede. De todos os profissionais entrevistados nenhum teceu argumentos que demonstrassem

satisfação com o que a rede oferece como condições para o trabalho a ser desenvolvido nas escolas. Ao contrário, a maioria parece não entender como um município tão rico como Macaé/RJ, com tantos recursos oriundos dos *royalties* e dos tributos, não oferece condições mais adequadas para o trabalho das mesmas.

Embora a maioria dos integrantes das equipes de gestão entrevistados tenham afirmado que concordam com a adoção das avaliações, todos mostraram que conhecem pouco sobre os sistemas de avaliação em larga escala. No entanto, mesmo frente ao pouco conhecimento, afirmam que a implantação destes sistemas e, conseqüentemente, a necessidade de uso dos dados tem modificado seu cotidiano, na medida em que produzem novas demandas, como por exemplo, divulgar e discutir com a comunidade escolar os resultados dos alunos. Das diferentes categorias de profissionais da gestão entrevistados que compõem as equipes, o maior conhecimento parece estar restrito aos Supervisores de Ensino, possivelmente porque são lotados num setor da SEMED que trabalha diretamente com os dados estatísticos da rede e das escolas. Estes profissionais talvez pudessem articular mais as ações das escolas, contribuindo para que os demais integrantes das equipes de gestão e professores compreendessem melhor os dados disponibilizados.

No que se refere aos professores entrevistados, a resistência parece ser maior entre os professores dos anos finais, ainda que os professores dos anos iniciais tenham mostrado um nível de informação menor sobre as políticas de avaliação. As informações acerca dos sistemas parecem estar mais esclarecidas para os professores de Matemática que atuam nos 9^{os} anos das escolas pesquisadas. Percebeu-se ainda, na fala dos professores, tanto dos anos iniciais quanto dos finais, dificuldade em compreender como se chega a determinado resultado e quais são os elementos que compõem, por exemplo, o cálculo do IDEB.

O objetivo ao analisar o nível da escola foi privilegiar as percepções dos profissionais diretamente envolvidos na implementação das políticas educacionais a fim de mapear e compreender seu ponto de vista sobre os reflexos das avaliações externas de aprendizagem no cotidiano das escolas em que trabalham. Os gestores têm um papel fundamental, na medida em que precisam realizar uma leitura das demandas trazidas pelas políticas educacionais e devolver à sua comunidade escolar, favorecendo o debate.

Levando em consideração que um sistema público de educação municipal, em tese, é afetado pelo desenho de política pública educacional nacional, os resultados encontrados nas três escolas da rede pública municipal de ensino de Macaé/RJ apontam que há pouco uso – para não afirmar desuso – dos indicadores de qualidade da educação brasileira no cotidiano escolar. Integrantes das equipes de gestão e professores de Macaé/RJ não convertem dados das avaliações externas em informações que permitam elaborar um diagnóstico da escola e de seu trabalho, ao contrário, sinalizam que são dados externos, que não expressam sua realidade. A percepção das avaliações externas como eventos extraordinários, desconectados do cotidiano escolar mostram que seus resultados são utilizados apenas para elencar os possíveis “culpados” para os baixos desempenhos dos estudantes.

Os usos que têm sido feitos ainda se restringem a ações pontuais e descontínuas, credoras do esforço particular de cada estabelecimento e da respectiva equipe de gestão, sem o desenvolvimento de um projeto pedagógico consistente e articulado lastreado pelos resultados da escola. Na sua maioria, os professores se referem aos dados como justificativa para “reclamar” do desempenho dos alunos, culpando-os e suas famílias pelo baixo desempenho nas avaliações externas.

Apesar de reconhecerem nas avaliações externas a possibilidade de elencar elementos que subsidiem aspectos do trabalho pedagógico que realizam, explicitaram insegurança na apropriação destes resultados e necessidade de se conhecer mais e melhor as políticas de avaliação externa.

No que tange a rede, embora se perceba um amadurecimento das ações relativas às políticas de avaliação externa, parece haver ainda um caminho longo a percorrer no sentido de articular ações que estabeleçam demandas comuns para as escolas. Parece necessário garantir que as escolas tenham mais oportunidade de conhecer e compreender as políticas de avaliação externa para que tomem seus resultados como ponto de partida e subsídio de orientação de suas práticas pedagógicas. Uma alternativa poderia ser a implementação de programas de formação de docentes que auxiliem a compreensão e a utilização dos dados, como mostram as pesquisas internacionais.

Na contramão da política pública nacional, que pretende que os resultados se tornem alicerces para a formulação e implementação de ações nas escolas que possibilitem a busca de novas oportunidades de ensinar a todos os alunos, integrantes de equipes de gestão e professores de Macaé/RJ parecem ainda estar presos a expectativa de que o uso dos resultados pode-se resumir à busca de melhoria dos próprios resultados, sem considerá-los como insumos estratégicos para seu trabalho na escola. Este trabalho pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre as apropriações e usos dos dados das avaliações externas nos municípios brasileiros, como possíveis catalisadores de mudanças substantivas em favor da melhoria da qualidade da educação básica no país.